RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade
Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Revue Latino-américaine d'Études sur la culture et la société | Latin American Journal of Studies in Culture and Society
V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

O pensar ambiental: desenvolvimento do pensamento sustentável

André Felipe de Moraes Marques[1]
Aguinaldo de Jesus Moraes Marques[2]
Brenda Bandeira de Azevedo[3]

Resumo

O conceito de sustentabilidade, introduzido no Relatório de Brundtland de 1987, visa atender às necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações. A ECO-92 destacou a resistência dos EUA em comprometer-se com mudanças climáticas devido a questões econômicas. A sustentabilidade é manipulada por detentores de poder para justificar ações prejudiciais ao meio ambiente. Fábio Balestro Floriano critica a visão antropocêntrica da modernidade, que resultou em práticas insustentáveis. O pensamento sustentável busca uma nova relação entre homem e natureza, baseada no respeito aos limites ecológicos. O desenvolvimento sustentável enfrenta críticas por ser uma ferramenta do capitalismo para perpetuar a exploração de recursos. Hans Jonas propõe o princípio da responsabilidade, enfatizando as consequências das ações humanas para as futuras gerações. A educação ambiental promove uma cidadania planetária, mas o desenvolvimento sustentável é criticado por não abordar as raízes estruturais da crise ambiental. A verdadeira sustentabilidade requer uma transformação profunda das práticas econômicas, sociais e políticas, e uma mudança na ética que orienta as ações humanas. Os resultados indicam que o conceito de desenvolvimento sustentável é superficial e contraditório. A adoção do princípio da responsabilidade e uma educação ambiental abrangente são fundamentais para garantir um futuro sustentável e a preservação do meio ambiente.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; Desenvolvimento sustentável; Princípio da responsabilidade; Educação ambiental; críticas ao capitalismo

1. Introdução

O conceito da sustentabilidade tem sua primeira aparição no Relatório de Brundtland, em 1987, onde, aparece claramente a expressão “desenvolvimento sustentável”, definido como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações”. (BOFF, 2017). No entanto, há um marco histórico importante para o Brasil, que foi a ECO-92, também conhecida como Cúpula da Terra ou pelo seu nome oficial, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, sediado no Rio de Janeiro em 1992, um dos principais atores mundiais da época, era os Estados Unidos da América - E.U.A, e já demonstrava em que haveria não somente resistência, mas irredutibilidade. Segundo o jornalista Washington Novaes (1992, p. 79):

> Já enfrentando os problemas da recessão e do desemprego num ano de campanha presidencial, os EUA vêem-se às voltas também com a necessidade de desmontar

[1] Técnico em Química, Graduando em Gestão Ambiental pela Universidade da Amazônia – UNAMA
[2] Graduado em História – IFCH/UFPA, Mestre em Antropologia – PPGA/UFPA e Doutorando em Ciências Ambientais – PPGCA/UEPA.
[3] Graduada em Ciências Sociais – IFCH/UFPA, Mestra e Doutoranda em Antropologia – PPGA/UFPA.

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

> parcialmente o complexo industrial militar, inviabilizado por falta de objetivos. A desmontagem, entretanto, agravaria a recessão e o desemprego. [...] Por isso, em lugar de desativação, aprovou-se a construção de mais dois submarinos Seawolf, ao custo de 3 bilhões de dólares. Embora não tenham alvos, os submarinos asseguram 20 mil empregos. [...] Nesse quadro, como pensar que o ator principal na questão das mudanças climáticas aceitasse o papel que lhe cabia.

Desse modo, conseguimos verificar que a sustentabilidade também é refém dos detentores de poder, os quais conseguem alterar a seu bel prazer a ordem de prioridade, justificando suas ações como sacrifícios para o bem comum. O vice-presidente dos Estados Unidos, Dan Quayle, argumentava que, numa hora de recessão e desemprego, era prioritário aumentar a produção, ainda que a certos custos ambientais. (NOVAES, 1992). Esse tipo de discurso nos ajuda a compreender como interesses econômicos e sociais se sobressaem em relação aos interesses ambientais. Por isso, há uma certa confusão quando falamos sobre sustentabilidade, a verdade é que, desde a definição da Comissão Brundtland, já surgiram inúmeras definições e, com certeza, existirão muitas outras no futuro, porém, o ponto comum em todas elas, quando analisadas detalhadamente, está nas dimensões que compõem o termo sustentabilidade. A maioria dos estudos afirma que sustentabilidade é composta de três dimensões que se relacionam: econômica, ambiental e social. (CLARO;CLARO;AMÂNCIO, 2008) Desse modo, entendemos que não trata-se de colocar a esfera ambiental em primeiro plano, mas de conversas entre as três esferas. No entanto, como fazê-lo quando interesses ambientais se encontram em último plano?

Em um contexto filosófico, Floreano (2007) identifica “os pressupostos internos da modernidade" como as raízes do pensamento insustentável atual. Esses pressupostos incluem a visão antropocêntrica que coloca o ser humano no centro do universo, como mestre e dominador do ambiente natural. Essa perspectiva, que se consolidou com a transição do Medievo à Modernidade, alterou profundamente a relação do homem com a natureza. O texto menciona que "a aplicação do princípio antropocêntrico à vida cotidiana legou-nos a errônea ideia de que o homem era o mestre do ambiente que o cercava."

Essa mudança de paradigma trouxe consequências desastrosas, como extinções em massa, mudanças climáticas bruscas e esgotamento de recursos naturais. A falácia da dominação humana sobre a natureza levou a práticas insustentáveis que desconsideram os limites ecológicos e a interdependência entre os seres vivos e seus habitats.

A partir dessa crítica, podemos inferir que as origens do pensamento sustentável estão na necessidade de superar esses pressupostos modernos e antropocêntricos. O pensamento

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

sustentável busca uma nova relação entre o homem e a natureza, fundamentada no respeito aos limites ecológicos e na compreensão da interdependência entre todos os seres vivos. Esse novo paradigma propõe uma visão centrada em ecossistemas sustentáveis, onde o desenvolvimento humano não comprometa a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.

Ainda segundo Floreano (2007), a abordagem dialética, que contrapõe argumentos e fatos, é a mais adequada para elucidar as origens do pensamento insustentável e elaborar alternativas sustentáveis. A perspectiva dialógica permite um diálogo crítico que questiona os pressupostos estabelecidos e busca novas formas de pensar e agir em relação ao meio ambiente.

Portanto, as origens do pensamento sustentável podem ser vistas como uma resposta crítica aos pressupostos insustentáveis da modernidade. Elas estão enraizadas na busca por uma relação mais equilibrada e respeitosa com a natureza, que reconheça a interdependência entre todos os seres vivos e promova práticas que garantam a sustentabilidade ecológica a longo prazo.

2. Metodologia

A metodologia deste trabalho, trata-se de uma revisão bibliográfica que tem como objetivo, demonstrar como consolidou-se o pensar ambiental: desenvolvimento do pensamento sustentável. Em se tratando de um tema denso, utilizamos de pesquisas em bancos de dados científicos diversos, com auxílio do buscador Google Acadêmico, Sucupira e Scopus, pesquisou-se termos como “História da Sustentabilidade”, “O que é sustentabilidade?”, “Desafios da Sustentabilidade”, “Antropocentrismo”, “Princípios da Sustentabilidade”. Em se tratando de um tema conceitual, escolhemos literaturas densas, mas que fossem direcionadas para o propósito do texto de modo a facilitar o entendimento do leitor.

3. Breve(s) (Des)caminhos

A sustentabilidade, conceituada como essencial para a preservação do meio ambiente e a garantia de direitos humanos fundamentais, começou a ganhar destaque à medida que se reconheceu a intrínseca ligação entre a saúde dos ecossistemas e a qualidade de vida e dignidade humana. Historicamente, a relação de dependência entre o ser humano e a natureza sempre

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

existiu, sustentando-se na necessidade de recursos naturais para a sobrevivência e desenvolvimento. No entanto, a intensificação da degradação ambiental nas últimas décadas evidenciou a urgência de um desenvolvimento que não comprometa a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades (De Freitas & Zambam, 2015).

O conceito de desenvolvimento sustentável emergiu como uma resposta direta a essa necessidade premente. Definido pela Comissão Brundtland em 1987, o desenvolvimento sustentável propõe um equilíbrio harmonioso entre o progresso econômico, a preservação ambiental e a justiça social. Essa abordagem visa assegurar que as demandas presentes sejam atendidas sem esgotar os recursos naturais ou degradar o meio ambiente de maneira irreparável, proporcionando, assim, condições dignas e equitativas para as gerações vindouras. No entanto, a aplicação prática desse conceito enfrenta desafios significativos, especialmente no que tange à prevalência de paradigmas éticos que podem conflitar com os princípios sustentáveis.

A ética utilitarista, por exemplo, que prioriza a maximização da utilidade e da eficiência, frequentemente se mostra inadequada para orientar a humanidade rumo a um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Essa abordagem pode justificar sacrifícios de direitos fundamentais em prol de um bem maior, o que, por sua vez, pode resultar em decisões moralmente questionáveis e na perpetuação da degradação ambiental (De Freitas & Zambam, 2015). A ênfase no lucro imediato e na eficiência econômica frequentemente ignora os custos ambientais e sociais de longo prazo, perpetuando um ciclo de exploração insustentável dos recursos naturais.

Em contraposição, Hans Jonas propôs o princípio da responsabilidade, que destaca a necessidade de considerar as consequências das ações humanas para as futuras gerações e para a preservação da vida no planeta. Jonas argumenta que a técnica moderna e o avanço tecnológico impõem uma nova dimensão de responsabilidade ética, que deve ser incorporada tanto nas políticas públicas quanto nas ações individuais. Segundo Jonas, é imperativo que as ações humanas sejam compatíveis com a manutenção de uma vida autêntica na Terra, respeitando os limites ecológicos e promovendo a coexistência harmoniosa entre humanidade e natureza (Jonas, 2006). Esse princípio da responsabilidade ética amplia o debate para além das considerações imediatistas, incorporando uma visão de longo prazo que é essencial para a sustentabilidade.

A Declaração de Estocolmo, promulgada em 1972, representou um marco histórico ao integrar o meio ambiente como um direito humano fundamental. Este documento seminal reconheceu a importância de um ambiente saudável para a dignidade e o bem-estar humano,

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

abrindo caminho para a inclusão do direito ao meio ambiente nas constituições de diversos países. A declaração também destacou a necessidade de cooperação internacional para enfrentar os desafios ambientais, estabelecendo as bases para futuras conferências e acordos globais sobre o tema.

Posteriormente, o Relatório Brundtland, oficialmente intitulado "Nosso Futuro Comum", apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, aprofundou a discussão ao detalhar os principais problemas ambientais e introduzir de forma abrangente o conceito de desenvolvimento sustentável. Este relatório não apenas associou sustentabilidade à redução da pobreza e à justiça social, mas também ressaltou a interdependência entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, enfatizando que a prosperidade presente não deve comprometer a capacidade das gerações futuras de alcançar seus próprios níveis de bem-estar (De Freitas & Zambam, 2015).

A educação ambiental surge como um pilar fundamental na promoção de uma ética da alteridade e na formação de uma cidadania planetária. Essa forma de educação é responsável por conscientizar os indivíduos sobre os limites do crescimento econômico e a necessidade urgente de conservar o meio ambiente. Segundo Leff (2010), a educação ambiental deve ser transformadora, integrando princípios ecológicos em currículos educacionais e fomentando a compreensão das complexas interações entre seres humanos e sistemas naturais. Programas educativos eficazes devem incentivar a racionalidade ambiental e fornecer informações detalhadas sobre a natureza, permitindo que os cidadãos compreendam e apoiem as demandas dos ecossistemas, além de identificar caminhos viáveis para a sobrevivência sustentável.

No contexto contemporâneo, o progresso técnico-industrial aliado à expansão demográfica continua a exercer uma pressão considerável sobre os recursos naturais. Esse cenário torna indispensável a adoção de políticas públicas efetivas que promovam o controle e o equilíbrio das práticas econômicas, assegurando que o desenvolvimento não resulte na exaustão dos recursos ou na degradação ambiental irreversível. A sustentabilidade deve ser entendida não apenas como um conceito ambiental, mas como um princípio ético-jurídico essencial para a justiça e a dignidade humana. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável é visto como um imperativo ético e uma responsabilidade coletiva que exige mudanças profundas nas estruturas econômicas, sociais e políticas existentes.

A superação do utilitarismo, com sua ênfase na maximização imediata da utilidade, e a adoção do princípio da responsabilidade de Jonas são fundamentais para garantir um futuro viável às próximas gerações. Essas mudanças éticas devem se traduzir em práticas concretas

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

que promovam a preservação do meio ambiente e a equidade social. Políticas públicas devem incorporar esses princípios, incentivando práticas empresariais sustentáveis, promovendo a inovação tecnológica verde e garantindo que a justiça social seja integrada aos processos de desenvolvimento.

Além disso, a cooperação internacional desempenha um papel crucial na promoção da sustentabilidade global. A interdependência dos ecossistemas e os desafios ambientais, como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, transcendem as fronteiras nacionais, exigindo uma resposta coordenada e colaborativa entre os países. Acordos internacionais, como o Acordo de Paris, exemplificam esforços conjuntos para mitigar os impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável em escala global. Tais iniciativas facilitam a troca de conhecimentos, recursos e melhores práticas, fortalecendo a capacidade coletiva de enfrentar as crises ambientais e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

Em suma, a sustentabilidade é um conceito multifacetado que demanda uma abordagem holística e integrada, envolvendo múltiplas disciplinas e atores sociais. Superar os desafios atuais requer uma transformação profunda nas estruturas econômicas, sociais e políticas, promovendo uma convivência harmoniosa entre o desenvolvimento humano e a preservação ambiental. Somente por meio de um compromisso genuíno com os princípios da sustentabilidade, aliado a ações concretas e coordenadas, será possível garantir um futuro próspero e equilibrado para as próximas gerações. A implementação de uma ética da responsabilidade, a promoção da educação ambiental, a inovação tecnológica sustentável e a governança global efetiva são elementos essenciais para concretizar essa visão, assegurando a preservação dos recursos naturais e a promoção do bem-estar social de forma equitativa e duradoura.

4. Pensamentos Contraditórios

A discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável revela várias contradições fundamentais que ilustram os desafios e dilemas éticos envolvidos na busca por um equilíbrio entre progresso econômico, justiça social e preservação ambiental. Essas contradições não apenas destacam as complexidades inerentes à implementação de políticas

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

sustentáveis, mas também evidenciam a necessidade de uma reavaliação profunda das bases éticas que orientam as ações humanas no contexto contemporâneo.

Uma das principais contradições reside na oposição entre o utilitarismo e o princípio da responsabilidade. O utilitarismo, uma teoria ética que busca maximizar a felicidade ou utilidade total, frequentemente justifica sacrifícios individuais em prol do bem maior da sociedade. Essa abordagem, embora tenha suas raízes no pensamento de filósofos como Jeremy Bentham e John Stuart Mill, pode levar a "monstruosidades morais", onde direitos fundamentais são sacrificados para alcançar uma eficiência ou felicidade predominante para a maioria. Por exemplo, políticas que priorizam o crescimento econômico à custa do meio ambiente podem resultar em degradação ambiental severa, impactando negativamente a qualidade de vida das futuras gerações e de comunidades vulneráveis no presente.

Em contraste, o princípio da responsabilidade, proposto por Hans Jonas, enfatiza a necessidade de considerar as consequências éticas das ações humanas, especialmente em relação às futuras gerações e à preservação da vida no planeta. Jonas argumenta que o avanço técnico e a capacidade de intervenção humana na natureza impõem uma nova dimensão de responsabilidade ética, que deve ser incorporada nas políticas públicas e nas decisões individuais. Segundo Jonas, as ações humanas devem ser compatíveis com a manutenção de uma vida autêntica na Terra, respeitando os limites ecológicos e promovendo a coexistência harmoniosa entre humanidade e natureza (Jonas, 2006). Esse princípio da responsabilidade ética amplia o debate para além das considerações imediatistas, incorporando uma visão de longo prazo essencial para a sustentabilidade real.

Outra contradição significativa está entre o progresso técnico-industrial e a sustentabilidade. A busca incessante por progresso técnico e crescimento econômico tem levado a uma exploração desenfreada dos recursos naturais, muitas vezes justificada por ganhos econômicos imediatos. Essa abordagem ignora as consequências ambientais e sociais a longo prazo, resultando em problemas como a escassez de recursos, a perda de biodiversidade e a exacerbada desigualdade social. Por outro lado, a sustentabilidade requer um equilíbrio cuidadoso entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, garantindo que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. A dificuldade de conciliar o crescimento econômico contínuo com a conservação dos recursos naturais exemplifica essa contradição, destacando a necessidade de modelos econômicos que integrem princípios sustentáveis de gestão e utilização dos recursos.

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Além disso, há uma tensão intrínseca entre a preservação dos direitos fundamentais e a eficiência econômica. A preservação de direitos como o direito a um meio ambiente saudável é essencial para a dignidade e o bem-estar humano. No entanto, a ética utilitarista pode justificar a violação desses direitos em nome da eficiência econômica e do bem-estar maior da sociedade. A busca por eficiência econômica pode levar a políticas que priorizam o crescimento e o desenvolvimento a qualquer custo, muitas vezes em detrimento dos direitos individuais e da justiça social. Isso resulta em desigualdades sociais acentuadas e na degradação ambiental, criando um ciclo vicioso onde a exploração econômica compromete a equidade social e a integridade ecológica.

A relação entre a educação tradicional e a educação ambiental também apresenta contradições significativas. A educação tradicional, focada predominantemente na qualificação para o mercado de trabalho e no sucesso competitivo, frequentemente negligencia a importância da conscientização ambiental e da ética da alteridade. Essa abordagem educacional pode deixar de preparar os indivíduos para enfrentar os desafios ambientais e sociais associados ao desenvolvimento sustentável. Em contraste, a educação ambiental propõe uma transformação radical no sistema educacional, incorporando princípios ecológicos e promovendo uma cidadania planetária. Essa forma de educação visa desenvolver uma consciência crítica sobre os limites do crescimento econômico, a necessidade de preservação ambiental e a importância da justiça social, capacitando os cidadãos a tomar decisões informadas e responsáveis em relação ao meio ambiente e à sociedade.

Por fim, a contradição entre o curto prazo e o longo prazo é um dos desafios mais persistentes na implementação de políticas sustentáveis. Políticas e ações focadas em ganhos imediatos e benefícios a curto prazo podem ser extremamente atraentes para governos e setores econômicos, especialmente em contextos de pressão política e econômica. No entanto, essa abordagem frequentemente ignora as consequências a longo prazo, resultando em decisões que comprometem a sustentabilidade. A sustentabilidade exige uma visão de longo prazo, onde as ações presentes são cuidadosamente avaliadas pelo seu impacto futuro, considerando não apenas os benefícios imediatos, mas também os custos ambientais e sociais a serem suportados pelas futuras gerações. A dificuldade de implementar políticas que priorizem o bem-estar das futuras gerações em um contexto de pressões econômicas e políticas imediatas exemplifica essa contradição, sublinhando a necessidade de mecanismos que incentivem a responsabilidade intergeracional e a gestão sustentável dos recursos.

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Essas contradições refletem os desafios complexos e interconectados que a humanidade enfrenta ao tentar equilibrar desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental. A superação dessas contradições requer uma mudança profunda nas práticas econômicas, sociais e políticas, bem como na ética que orienta as ações humanas. É essencial promover uma ética da responsabilidade que vá além do utilitarismo tradicional, incorporando princípios de justiça intergeracional e de preservação ecológica. Além disso, a integração de uma educação transformadora que enfatize a consciência ambiental e a cidadania global é crucial para formar indivíduos capazes de promover e implementar práticas sustentáveis.

Adicionalmente, a transição para modelos econômicos sustentáveis demanda a adoção de práticas que considerem a circularidade dos recursos, a eficiência energética e a redução de resíduos. Políticas públicas devem incentivar a inovação tecnológica verde, a economia circular e o consumo responsável, criando um ambiente onde o desenvolvimento econômico não ocorra às custas do meio ambiente ou da equidade social. A cooperação internacional também é fundamental, já que os desafios ambientais transcendem fronteiras nacionais e exigem soluções coletivas e coordenadas.

Em síntese, as contradições inerentes à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável evidenciam a necessidade de uma abordagem multidimensional e integrada, que harmonize os interesses econômicos, sociais e ambientais. Superar esses desafios requer não apenas mudanças estruturais nas políticas e práticas, mas também uma transformação cultural e ética que valorize a responsabilidade, a justiça e a preservação do meio ambiente como pilares fundamentais para um futuro sustentável e equitativo.

5. Limites do pensamento

O conceito de desenvolvimento sustentável enfrenta inúmeras críticas devido às suas contradições e limitações intrínsecas, que evidenciam os desafios de conciliar objetivos aparentemente conflitantes dentro de um mesmo paradigma. Em primeiro lugar, há uma contradição fundamental ao tentar conciliar o desenvolvimento econômico, que tradicionalmente implica aumento de poluição e degradação ambiental, com a preservação ambiental, que exige a limitação dessas mesmas poluições. Essa contradição torna o conceito incoerente e de difícil aplicação prática, pois busca harmonizar objetivos que são, na essência, conflitantes. Por exemplo, o crescimento econômico muitas vezes depende da expansão

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

industrial, que pode resultar em emissões de gases de efeito estufa e na exploração intensiva de recursos naturais, aspectos que diretamente impactam negativamente o meio ambiente.

Além disso, o desenvolvimento sustentável é frequentemente visto como uma estratégia do capitalismo para perpetuar seu modo de produção. Em vez de efetivamente resolver os problemas ambientais, ele serve para manter a lógica de acumulação de riquezas e lucro exacerbado, disfarçando a exploração contínua dos recursos naturais. Este ponto de vista sugere que o desenvolvimento sustentável é mais uma ferramenta para mascarar a verdadeira natureza do capitalismo, que é intrinsecamente insustentável devido à sua dependência de crescimento contínuo e exploração de recursos. Teóricos críticos, como David Harvey, argumentam que o desenvolvimento sustentável no contexto capitalista não desafia as estruturas de poder e propriedade, mas, ao contrário, reforça-as, permitindo que as corporações continuem suas práticas exploratórias sob o pretexto de sustentabilidade.

As medidas propostas pelo desenvolvimento sustentável são frequentemente paliativas e imediatistas, não abordando as raízes estruturais da crise ambiental. Essas medidas tendem a ser mais simbólicas do que efetivas, oferecendo apenas uma redução mínima dos danos ambientais sem resolver o problema subjacente do modelo de produção capitalista. Por exemplo, iniciativas como a reciclagem e o uso de energias renováveis são importantes, mas insuficientes se não forem acompanhadas por mudanças profundas na forma como a economia global opera. A reciclagem, por si só, pode reduzir a quantidade de resíduos, mas não enfrenta a lógica de consumo excessivo que impulsiona a geração contínua de resíduos. Da mesma forma, o investimento em energias renováveis é crucial, mas sem uma mudança no padrão de produção e consumo, a transição energética pode não ser suficiente para mitigar os impactos ambientais de longo prazo.

O desenvolvimento sustentável também não resolve a questão da finitude dos recursos naturais diante do caráter expansionista da sociedade industrial. A contínua expansão do capitalismo globalmente aumenta a demanda por recursos, levando à sua rápida escassez e agravando a crise ambiental. A ideia de que podemos continuar a crescer economicamente sem limites enquanto protegemos o meio ambiente é, na melhor das hipóteses, ingênua e, na pior, deliberadamente enganosa. A exploração desenfreada dos recursos naturais, como a extração de minerais raros para tecnologias verdes, exemplifica como a busca por sustentabilidade pode, paradoxalmente, intensificar a pressão sobre os ecossistemas. A teoria do decrescimento, proposta por autores como Serge Latouche, argumenta que a sustentabilidade verdadeira requer

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

uma redução controlada do consumo e da produção, desafiando diretamente a lógica de crescimento ilimitado defendida pelo capitalismo.

Outro ponto crítico é a desigualdade global. O conceito de desenvolvimento sustentável não leva em consideração a impossibilidade de todos os países alcançarem os mesmos padrões de consumo dos países centrais do capitalismo. Há uma desigualdade inerente na distribuição e no acesso aos recursos naturais, que o desenvolvimento sustentável não consegue resolver. Isso perpetua um sistema onde os benefícios do crescimento são desigualmente distribuídos, exacerbando as disparidades entre nações ricas e pobres. Países em desenvolvimento, frequentemente, enfrentam dilemas entre promover crescimento econômico para reduzir a pobreza e preservar o meio ambiente, uma vez que muitas vezes são pressionados a seguir os mesmos caminhos de industrialização que causaram sérios danos ambientais nos países mais desenvolvidos. A falta de mecanismos eficazes para transferir tecnologia e recursos para esses países dificulta a implementação de práticas sustentáveis de forma equitativa globalmente.

Para muitos autores, a verdadeira sustentabilidade ambiental só seria possível com a superação do modo de produção capitalista. O desenvolvimento sustentável, ao não propor uma mudança estrutural profunda, acaba sendo uma solução limitada e ineficaz. A sustentabilidade real requer uma reestruturação fundamental da economia global, que privilegie a equidade, a justiça social e a preservação ambiental acima do lucro. Economistas como Kate Raworth, com seu conceito de "Doughnut Economics", propõem modelos econômicos que respeitam os limites planetários e promovem uma distribuição justa dos recursos, desafiando diretamente a lógica de acumulação capitalista.

Embora a educação ambiental seja vista como um caminho para enfrentar a crise, ela precisa ser mais abrangente, incorporando aspectos econômicos, políticos e culturais. Sem uma transformação das consciências e comportamentos das pessoas, a simples educação ambiental não será suficiente para resolver a crise. A educação deve promover uma compreensão crítica das relações entre sociedade, economia e meio ambiente, capacitando os indivíduos a questionar e desafiar os sistemas que perpetuam a degradação ambiental. Programas educativos que integrem disciplinas como ética, economia política e estudos culturais podem fomentar uma cidadania mais consciente e engajada, capaz de promover mudanças estruturais necessárias para a sustentabilidade.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável é criticado por ser superficial e contraditório. Ele não aborda as causas profundas da crise ambiental e serve mais como um mecanismo para perpetuar o capitalismo do que para efetivamente proteger o meio ambiente.

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

A verdadeira sustentabilidade exigirá uma transformação radical das estruturas econômicas e sociais, bem como uma mudança profunda nas atitudes e comportamentos humanos em relação ao meio ambiente. Isso envolve não apenas a implementação de políticas ambientais mais rigorosas, mas também a reconfiguração das relações de poder e dos modos de produção, promovendo uma economia baseada em princípios de justiça social, equidade e respeito aos limites ecológicos. A adoção de uma ética ambiental que valorize a interdependência entre seres humanos e a natureza é essencial para criar um modelo de desenvolvimento que seja verdadeiramente sustentável e inclusivo.

Além disso, é fundamental fortalecer mecanismos de governança global que possam coordenar ações efetivas para enfrentar os desafios ambientais. Instituições internacionais, como as Nações Unidas, devem desempenhar um papel mais ativo na regulação das práticas econômicas e na garantia de que os países cumpram seus compromissos ambientais. A cooperação internacional é crucial para tratar problemas que transcendem fronteiras nacionais, como as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição dos oceanos. Sem uma ação coletiva e coordenada, os esforços individuais dos países são insuficientes para mitigar os impactos ambientais de forma significativa.

Em suma, as críticas ao desenvolvimento sustentável destacam a necessidade de repensar profundamente os fundamentos econômicos, sociais e políticos que orientam as sociedades contemporâneas. A sustentabilidade, para ser genuína e eficaz, deve ir além de medidas superficiais e simbólicas, enfrentando as contradições e limitações do modelo de produção atual. Isso requer uma transformação sistêmica que promova uma economia mais justa, equitativa e respeitosa com o meio ambiente, bem como uma mudança cultural que valorize a responsabilidade intergeracional e a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

6. Conclusão

Este trabalho abordou a complexidade do conceito de sustentabilidade e seu desenvolvimento ao longo do tempo, destacando as críticas e contradições inerentes ao desenvolvimento sustentável. A análise revelou que, embora a sustentabilidade seja essencial para a preservação do meio ambiente e a garantia de direitos humanos fundamentais, sua aplicação prática enfrenta desafios significativos.

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

A conscientização e a educação ambiental emergem como ferramentas cruciais para promover uma cidadania planetária e uma ética da alteridade. A incorporação do princípio da responsabilidade, conforme proposto por Hans Jonas, enfatiza a necessidade de considerar as consequências das ações humanas para as futuras gerações, promovendo uma ética mais sustentável. No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável enfrenta contradições ao tentar conciliar crescimento econômico com preservação ambiental, o que dificulta a implementação de políticas verdadeiramente sustentáveis. Além disso, o desenvolvimento sustentável é frequentemente criticado por ser uma ferramenta do capitalismo para perpetuar a exploração de recursos naturais, sem abordar as raízes estruturais da crise ambiental. As ações propostas tendem a ser simbólicas e imediatistas, não resolvendo os problemas subjacentes do modelo de produção capitalista.

Apesar dessas limitações, há várias aplicações e extensões possíveis. A adoção de políticas públicas que incorporem o princípio da responsabilidade pode promover uma gestão mais sustentável dos recursos naturais, assegurando a preservação ambiental a longo prazo. Reformar os currículos educacionais para incluir princípios ecológicos e promover uma compreensão crítica das relações entre sociedade, economia e meio ambiente é fundamental para formar cidadãos conscientes e responsáveis. Além disso, uma reestruturação fundamental da economia global, que privilegie a equidade, a justiça social e a preservação ambiental, é necessária para alcançar uma verdadeira sustentabilidade.

Para trabalhos futuros, recomenda-se a adoção de abordagens interdisciplinares, integrando conhecimentos de economia, sociologia, ecologia e ética para desenvolver soluções mais holísticas e eficazes. Investigar e analisar políticas públicas que tiveram sucesso em promover a sustentabilidade pode oferecer modelos replicáveis para outras regiões e contextos. Além disso, investir em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis que minimizem o impacto ambiental e promovam a eficiência no uso de recursos naturais é essencial.

Em suma, este trabalho reforça a necessidade de uma transformação profunda nas práticas econômicas, sociais e políticas, bem como na ética que orienta as ações humanas, para garantir um futuro sustentável e a preservação do meio ambiente.

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

Referências

BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é - o que não é*. ed. digital. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2017

CLARO, P. B. O; CLARO, D. P; AMÂNCIO, R. *Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações* Revista de Administração - RAUSP, vol. 43, núm. 4, pp. 289-300 Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008

FLORIANO, F. B. (2007). *Análise histórica e futura do desenvolvimento sustentável. Salão de Extensão (08.: 2007: Porto Alegre, RS). Caderno de resumos. Porto Alegre: UFRGS/PROREXT, 2007.*

FREITAS, F. M., & ZAMBAM, N. J. *O utilitarismo e o princípio responsabilidade para o desenvolvimento sustentável. Revista Direito Ambiental e Sociedade*, 5(2), 28-53., 2015

JONAS, H. (2006). *O princípio da responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.* Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio.

LEFF, E. (2010). *Discursos sustentáveis* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.

NOVAES, W. *Eco-92: avanços e interrogações*. Estudos Avançados, v. 6, n. 15, p. 79–93, maio 1992

El pensamiento ambiental: desarrollo del pensamiento sostenible

Resumen

El concepto de sostenibilidad, introducido en el Informe Brundtland de 1987, tiene como objetivo satisfacer las necesidades actuales sin comprometer las de las futuras generaciones. La ECO-92 destacó la resistencia de Estados Unidos para comprometerse con los cambios climáticos debido a cuestiones económicas. La sostenibilidad es manipulada por los detentores del poder para justificar acciones perjudiciales para el medio ambiente. Fábio Balestro Floriano critica la visión antropocéntrica de la modernidad, que ha resultado en prácticas insostenibles. El pensamiento sostenible busca una nueva relación entre el ser humano y la naturaleza, basada en el respeto a los límites ecológicos. El desarrollo sostenible enfrenta críticas por ser una herramienta del capitalismo para perpetuar la explotación de recursos. Hans Jonas propone el principio de la responsabilidad, enfatizando las consecuencias de las acciones humanas para las futuras generaciones. La educación ambiental promueve una ciudadanía planetaria, pero el desarrollo sostenible es criticado por no abordar las raíces estructurales de la crisis ambiental. La verdadera sostenibilidad requiere una transformación profunda de las prácticas económicas, sociales y políticas, así como un cambio en la ética que orienta las acciones humanas. Los resultados indican que el concepto de desarrollo sostenible es superficial y contradictorio. La adopción del principio de la responsabilidad y una educación ambiental integral son fundamentales para garantizar un futuro sostenible y la preservación del medio ambiente.

Palabras clave: Sostenibilidad; Desarrollo sostenible; Principio de la responsabilidad; Educación ambiental; críticas al capitalismo

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2539 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

La Pensée Environnementale: Développement de la Pensée Durable

Résumé

Le concept de durabilité, introduit dans le Rapport Brundtland de 1987, vise à répondre aux besoins actuels sans compromettre ceux des générations futures. L'ECO-92 a mis en évidence la résistance des États-Unis à s'engager dans les changements climatiques en raison de préoccupations économiques. La durabilité est manipulée par les détenteurs du pouvoir pour justifier des actions préjudiciables à l'environnement. Fábio Balestro Floriano critique la vision anthropocentrique de la modernité, qui a conduit à des pratiques non durables. La pensée durable cherche une nouvelle relation entre l'homme et la nature, basée sur le respect des limites écologiques. Le développement durable fait face à des critiques car il est perçu comme un outil du capitalisme visant à perpétuer l'exploitation des ressources. Hans Jonas propose le principe de responsabilité, mettant l'accent sur les conséquences des actions humaines pour les générations futures. L'éducation environnementale promeut une citoyenneté planétaire, mais le développement durable est critiqué pour ne pas aborder les racines structurelles de la crise environnementale. La véritable durabilité nécessite une transformation profonde des pratiques économiques, sociales et politiques, ainsi qu'un changement dans l'éthique qui guide les actions humaines. Les résultats indiquent que le concept de développement durable est superficiel et contradictoire. L'adoption du principe de responsabilité et une éducation environnementale exhaustive sont essentielles pour garantir un avenir durable et la préservation de l'environnement.

Mots-clés: Durabilité; Développement durable; Principe de responsabilité; Éducation environnementale; Critiques du capitalisme

The Environmental Thinking: Development of Sustainable Thought

Abstract

The concept of sustainability, introduced in the Brundtland Report of 1987, aims to meet current needs without compromising those of future generations. ECO-92 highlighted the United States' resistance to committing to climate changes due to economic concerns. Sustainability is manipulated by power holders to justify actions harmful to the environment. Fábio Balestro Floriano criticizes the anthropocentric view of modernity, which has resulted in unsustainable practices. Sustainable thought seeks a new relationship between humans and nature, based on respecting ecological limits. Sustainable development faces criticism for being a tool of capitalism to perpetuate resource exploitation. Hans Jonas proposes the principle of responsibility, emphasizing the consequences of human actions for future generations. Environmental education promotes planetary citizenship, but sustainable development is criticized for not addressing the structural roots of the environmental crisis. True sustainability requires a profound transformation of economic, social, and political practices, as well as a change in the ethics that guide human actions. The results indicate that the concept of sustainable development is superficial and contradictory. The adoption of the principle of responsibility and comprehensive environmental education are fundamental to ensuring a sustainable future and the preservation of the environment.

Keywords: Sustainability; Sustainable development; Principle of responsibility; Environmental education; Critiques of capitalism

Histórico do artigo:
Submetido em: 03/01/2025 – Aceito em: 07/04/2025